



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-UNIRIO

SUENI DE SOUZA SANTOS

A CRIANÇA NEGRA NO CONTEXTO ESCOLAR

RIO DE JANEIRO

2016

SUENI DE SOUZA SANTOS

A CRIANÇA NEGRA NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de Educação da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito final para
obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Maria Elena Vieira (Orientadora)

Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro – UNIRIO

RIO DE JANEIRO

AGOSTO 2016

A CRIANÇA NEGRA NO CONTEXTO ESCOLAR

SUENI DE SOUZA SANTOS

Avaliada por:

Data: ____/____/____

Cláudia Miranda

Escola de Educação – Departamento de Didática Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro

A educação é como um processo de formação do homem integral. Como a forma mais eficaz de transmissão e comunicação entre pessoas. Um processo que não pode e não deve ser separado da própria existência humana, deve ser encarada como uma contínua reconstrução de experiências. Essa reconstrução de experiências, é uma fase da própria natureza, é uma forma de interação, pela qual os dois elementos que nela entram situação e agente, são modificados (DEWEY.1980, p.116)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a Deus que de forma poderosa me concedeu força e graça. “Como agradecer a Jesus o que fez por mim? Bênçãos sem medida vêm provar o seu amor sem fim. Nem anjos podem expressar a minha eterna gratidão.

Tudo o que sou e o que vier a ser eu ofereço a Deus.”

AGRADECIMENTO

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Por permitir que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço ao meu marido Stefano pela dedicação, aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional

Agradeço de coração as minhas avós Maria da conceição Caetano, Emy carvalho Santos e ao meu Lindo avó Deijahir de Souza Santos pelas orações e pelo carinho.

A minha orientadora, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho

Agradeço à todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1: A presença do livro didático como agente de disseminação do preconceito	14
Capítulo 2: O racismo e seus efeitos na criança negra.....	18
Capítulo 3: A criança negra no contexto escolar.....	31
Considerações finais.....	35
Referências.....	38

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem objetivo discutir como se dá à trajetória da criança negra na escola, os desafios que os alunos negros ainda enfrentam dentro do ambiente escolar. Esta pesquisa teve início a partir de minhas experiências como criança negra em ambiente familiar e escolar. Sem pretensão de divagar em recordações, volto-me a algumas passagens envolvendo a escola, a família, e a infância, uma vez que elas anunciam e explicam minha opção pelo tema. Além do que me parece indispensável apresentar um quadro histórico da região onde nasci e trazer também as lembranças do ambiente e do convívio entre pessoas que atuaram como atores sociais na minha infância e pré-adolescência com foco na área educacional.

Minha identidade racial é de negra, e, embora não tenha sido objetivamente sempre esta, posso dizer que minha raça e minha cor sempre estiveram presentes nas relações que desenvolvi, tanto dentro da minha família, como fora dela.

Comparações entre meu tom de pele, ou textura do meu cabelo, são os aspectos que mais me lembro, e eram feitas frequentemente por colegas de escola, professores, familiares e pessoas próximas. Lembro que, em determinado período da minha infância, passei eu também a me comparar, nesses mesmos termos, com os amiguinhos da rua e depois da escola.

Neste ambiente específico, aprendi a me designar conforme me designavam, colocando-me como morena ou “moreninha”. O amadurecimento de minha identidade como negra apenas se completou no ensino médio, quando comecei a alcançar o nível de consciência e reflexão sobre minha condição racial e romper com vários paradigmas que me acompanhavam durante toda minha infância e adolescência.

Sou negra, porém nem sempre a minha identidade foi esta, porque não tinha noção do que era esta identidade racial. Meu pai é negro e minha mãe negra, com um tom de pele mais clara, e consta em sua certidão de nascimento sua cor de pele como parda. Desta união, nasceram dois filhos, todos negros, sendo meu irmão mais claro, e eu mais escura. Na nossa família não nos ensinaram a construir a nossa identidade racial da forma que hoje entendo. Penso que, realmente, eles não sabiam que

precisávamos construir esta identidade para que pudéssemos enfrentar a discriminação do mundo fora de casa, pois, até então, estávamos protegidos.

Minha infância e minha adolescência foram bem difíceis devido ao preconceito dos colegas, e isto fez com que eu pensasse que o problema era com o fato de ter nascido negra, e não com as pessoas que me discriminavam. Portanto, na minha infância, imaginava que se tivesse nascido branca, de cabelos lisos, seria aceita pelos colegas. Por mais difícil que fosse ter o tom da minha pele negro esse fato não me incomodava tanto quanto, os meus fios de cabelo que eram intitulados pelos demais incluindo os familiares e amigos como o cabelo “duro”.

Acho que para ser mais aceita e para facilitar na hora de tratar, desde pequena, a minha mãe começou a passar creme alisante no meu cabelo desde muito cedo mesmo, aproximadamente aos 4 anos de idade. Segundo minha mãe, ela tinha muita dificuldade de lidar com meus fios devido ao grande volume e ao fato de ser crespo e embolar com muita facilidade e eu enquanto criança sofria com o processo de desembaraçar o cabelo. Sofri bastante com as discriminações de raça na minha infância.

Gostaria de destacar que as experiências do negro, principalmente das mulheres negras em relação ao cabelo, começam muito cedo. Mas, enganam-se quem pensa que tal processo se inicia com o uso de produtos químicos ou com o alisamento do cabelo com pente ou ferro quente, escovas ou chapinha. As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, tia, irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Porém, nem sempre elas são eleitas pela então criança negra hoje, uma mulher adulta como o penteado preferido da infância. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais algumas dessas mulheres preferiram adotar alisamentos e alongamentos na atualidade. A sensação de ter o cabelo constantemente desembaraçado e de não precisar sofrer as pressões do pente ou os puxões para destrançar o cabelo, acompanhados de expressões de alívio; quando o assunto era o uso das tranças durante a infância, sempre ouvíamos uma infinidade de reclamações.

Os apelidos eram os mais diversos possíveis, principalmente, como já citei, o foco das zombarias era meus malfadados fios de cabelo, cruelmente chamados de cabelo de pixaim, cabelo de Bombril, nega do cabelo duro, entre outros. Desde criança passo por processos de alisamentos, e tudo mais que possa amenizar a “rebeldia” dos meus cabelos. Tudo isso culminou com a desconstrução dos meus fios capilares, logo no início da minha infância e percorreu durante 25 anos da minha vida em que sofri com o fato de não aceitar meus cabelos da forma que vieram ao mundo.

Pensava que desta forma eu não destoaria muito das pessoas que se diziam ter o cabelo “bom”. Eles gozavam muito dos meus cabelos, e vale ressaltar que mesmo alisados eles viviam presos, minha mãe fazia grandes coques ou tranças nos meus cabelos. Eu era bem pequena, cursava a 2ª ou 3ª série do ensino fundamental, e sei que ficava muito chateada com os colegas, mas como era muito tímida e me sentia realmente diminuída, não brigava e nem retrucava, apenas me calava. Alguns colegas não queriam brincar comigo, principalmente se a brincadeira tivesse que pegar na mão.

Estudei até a 5º série do ensino fundamental em uma escolinha de um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, Neste pequeno colégio, eu comecei a experimentar o sabor amargo da discriminação racial. No final do ano de 1998, meu pai, que é militar, foi transferido para outro estado e, nós mudamos para um Estado do norte do País. No começo do ano de 1999, comecei o 6º ano em uma escola pública de uma cidade totalmente desconhecida.

Para minha tristeza, minha recepção não foi nada agradável. Em minha sala de aula, eu era a única criança negra com o cabelo crespo. Na verdade, não me lembro de nenhuma outra criança negra naquela escola. As meninas daquela cidade, em sua maioria, possuíam traços físicos oriundos dos índios, e isso incluía a pele bem morena e os cabelos lisos e negros. Não havia, entre as pessoas com quem eu convivia, ninguém com o cabelo crespo, nem mesmo cache

As chacotas com os meus cabelos e com a minha cor, os apelidos e as brincadeiras de mau gosto foram tão intensas que eu não tinha vontade de ir à escola, reclamava com os professores, mais não havia resultados. Nesse período, o ambiente

escolar para mim, passou ser um ambiente hostil. E me causaram marcas que levei durante muito tempo. As práticas de racismo no interior da escola, expressadas nas situações de preconceito e discriminação racial, trazem consequência desastrosa para quem vivencia tais experiências e, às vezes, essas marcas são irreversíveis na vida dos alunos que são vítimas desses processos discriminatórios, pois quando gera um sentimento de inferioridade, afeta a afirmação da identidade étnica, gerando a sua rejeição e a idealização da identidade branca, destrói autoestima, bem como deprecia a autoimagem da pessoa negra. Enfim, desenvolve um sentimento de fracasso diante da escola e diante da vida.

Emocionante ler estes relatos e perceber o quanto as relações influenciam nas marcas que trazemos do nosso cotidiano. Ler essas falas também me provoca um sentimento de indignação, ao perceber que uma criança pode crescer, tornar-se adulta e recusar a sua identidade como negra e, acima de tudo, como mulher negra na sociedade, pelo simples fato de sofrer por ter o tom da pele escuro. Tem dificuldade em estabelecer relações saudáveis por causa do sofrimento da discriminação que marca o seu cotidiano. Tem negada a sua autenticidade, alteridade e, acima de tudo, o convívio saudável. Não podemos continuar a permitir que tudo continue como natural. É necessário lutar para que, futuramente, tenhamos uma mentalidade diferente no que diz respeito às relações raciais.

No âmbito familiar também encontrei dificuldades. A minha família materna tem a cor de pele clara e eu e meu irmão somos os únicos negros. Durante a minha infância em minhas memórias os belos dias ensolarados de brincadeiras na casa dos meus avós maternos, éramos sete primos os cinco moravam no mesmo quintal dos meus avós, somente eu e meu irmão morávamos algumas ruas acima, porém quase todos os finais de semana estávamos juntos para brincar no grande quintal da vovó. Mas infelizmente nem tudo foram flores nesse cenário tão importante e lúdico da minha infância.

Recordo de vários momentos de discriminação racial enquanto criança dentro das brincadeiras com meus primos “brancos” e apesar de ainda não conseguir fazer uma leitura desta relação de preconceito, distinção, e descriminação de forma crítica,

pude perceber algumas falas dos meus primos, como por exemplo: Quando num momento de conflito um primo gritou “sua preta” da forma mais pejorativa possível, e eu me chateei profundamente afinal eles eram meus parentes e respondi: “sou mesmo”. Outras vezes eu brigava, e tentava a qualquer custo retrucar aquelas ofensas sofridas.

Percebo que a luta da população negra em nosso país, para superar a discriminação racial existente, não é fácil. Sabemos que, com o processo da escravidão e da diáspora negra, o colonizador buscou uma despersonalização do negro e introduziu uma hierarquização racial: branco superior e digno de símbolo da beleza e negro inferior detentor do símbolo do feio. Em um país em que de forma explícita o racismo, a discriminação e o preconceito estão fortemente presentes na vida da população negra, os elementos cor da pele e tipo cabelo constituem-se como marcas de atitudes negativas que acompanham o dia a dia crianças e jovens negras, especialmente no espaço da escola.

Um dos lugares fundamentais para a construção da identidade do indivíduo desde a infância é a escola. Infelizmente, é também um dos lugares em que o preconceito e a discriminação são também desenvolvidos e alimentados, pois reflete os processos sociais da sociedade em que o indivíduo está inserido. É no início da escolarização que a criança estabelece seus primeiros contatos sociais fora dos grupos mais próximos, com a família e amigos. Nesses contatos, a criança negra, em interação com outros grupos étnicos, acaba experimentando variadas situações de discriminação e preconceito que, não raro pelo eminente silêncio dos educadores.

Tendo em vista as fortes dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira em criar relações de igualdade entre os sujeitos, perceber que nos dias atuais, ainda persiste um sistema educacional que não possui preparo para inserir a educação na diversidade. Os negros entre outras minorias, por exemplo, são tidos como inferiores, em relação aos outros segmentos no interior desse sistema.

Normalmente, é dentro do ambiente escolar que a criança experimenta as primeiras agruras do preconceito racial que se revela através de rejeição por parte

dos outros alunos, piadas, apelidos. E cabe a escola se preparar para tornar sociável o relacionamento das crianças no que tange à diversidade.

O racismo no cotidiano escolar não pode ser posto de lado, à espera de uma solução. É imprescindível identificá-lo e combatê-lo. É necessário que todos digam não ao racismo e que juntos promovam o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, sem receio e sem preconceito. (CAVALLEIRO, 2006).

Ficou nítido que, muitas vezes, as pessoas tidas como “melhores e superiores” se encarregam de excluir e de categorizar outras pessoas consideradas “piores e inferiores” em razão de não atender aos seus padrões culturais historicamente estabelecidos, como a beleza estética, tendo como referencial o modelo eurocêntrico, atribuindo assim tratamentos diferenciados. Essa situação nos permite pensar o quanto jovens negros ainda possuem suas imagens fortemente atreladas ao período da escravidão.

O fato é que a condição social do negro em nosso país como ser inferior sempre esteve atrelada a sua condição de escravo baseada pelas marcas de uma suposta produção científica qual cristalizou na mente das pessoas uma hierarquização das raças

De acordo com os estudiosos do tema o século XIX trata-se de um período, segundo Lília Schwarcz (1993) e Thomas Skidmore (1976), em que o termo raça mais foi difundido a partir das ideias do naturalista Georges Cuvier (1769-1832) com um projeto de humanidade marcado por diferenças físicas permanentes.

O convívio estabelecido entre crianças de variadas raça na sala de aula pode gerar situações extremamente tensas frente as posturas de separação e exclusão. Sentindo-se isolada no âmbito escola, a criança negra, por vezes, pode adotar posturas introvertidas causadas por variados “medos” relacionais. Nesse espaço, a variedade de culturas ali reunidas, evidentemente, favorece a construção positiva ou negativa da identidade racial de cada criança. Adicionando-se a esse aspecto, há o problema dos materiais pedagógicos, livros didáticos, paradidáticos e atividades produzidas na escola, nos quais a criança não consegue se ver como ator social. Assim, a criança negra se sente o “outro”, o “diferente”, o “inferior”.

Com base nestes pressupostos, este trabalho tem como objetivos a reflexão dos temas, que se dará através de estudos bibliográficos visando especificamente: identificar os elementos didático-pedagógicos que se relacionam com o processo de formação da identidade da criança negra; compreender como é o processo da construção da identidade da criança negra no contexto escolar; discutir o papel do livro didático, visto que o mesmo não apresenta o negro como realmente deveria ser apresentado às vezes, ele é até retratado como uma figura folclórica.

Segundo Gomes (1995)"O aluno negro, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial.

De acordo com Gomes(1995) Reforçar as contribuições que o povo africano trouxe para o nosso País é mais que uma obrigação, é um verdadeiro dever. Torna-se necessário para a construção da identidade do povo brasileiro. Cabe a escola, assumir o papel de reparar as injustiças cometidas ao povo negro durante todo esse tempo e contar de maneira exata o que ocorreu de fato com a nossa história, promovendo uma divulgação dos direitos de todos, das diversas culturas existentes, levando em consideração toda a diversidade que existe no nosso País.

Sabemos que o livro didático é o principal instrumento ideológico da escola. A criança não vê nele seu cotidiano representado, mas muitas vezes percebe a ausência de pessoas negras representadas ou ocupando posições subalternas. Isso resulta em uma sensação de estranheza, podendo levar a criança negra a auto depreciação, e a construção de uma autoimagem negativa (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 44).

O presente trabalho foi constituído da seleção e da leitura de bibliografias, visando fundamentar teoricamente a pesquisa, e foi utilizada a técnica da entrevista, que foram transcritas e analisadas através das falas dos entrevistados

O trabalho de pesquisa bibliográfica foi fundamentado nos os seguintes autores: Kabengele Munanga, Ana Célia Silva, Eliana dos Santos Cavalheiro, Libâneo, Vera Maria Ferrão Candau, Fernanda Paula de Carvalho Motta entre outros. Esses autores servirão como base para a construção e conclusão desse trabalho.

CAPÍTULO 1: A presença do livro didático como agente de disseminação do preconceito

Com a falta do personagem negro nos livros e visivelmente tratada de forma diferente, a criança negra carrega desde muito cedo o problema das relações raciais. E a escola acaba por ser palco de manifestações de discriminação e preconceito das mais variadas formas:

O livro didático é um personagem de importância no dia- dia da escola e é possível afirmar que pesa sobre ele parte da responsabilidade pela disseminação, de forma positiva ou negativa, do conteúdo escolar.

No que diz respeito à discriminação racial, o livro didático apresenta alguns problemas, já que ele é um dos maiores instrumentos ideológicos, estabelecendo uma relação política entre aquele que o produz e aquele que o manipula (FONSECA, 2002, p. 56).

A inviabilização do negro, a difusão de um imaginário negativo em relação ao negro dos significados positivos em relação aos brancos é estratégia de discurso racista observada como forma de discriminação no interior das escolas, via livros didáticos e literatura infanto-juvenil [...] (SILVA, 2008, p. 95).

Segundo SILVA (2008), no que se dizem respeito à literatura, os livros de língua portuguesa, caracterizam geralmente os negros cheios de estereótipos, como “o bom crioulo”; “escravo fiel”; “escravo nobre” e da “mulata sensual”.

O livro didático de certa forma acaba por manchar e difamar a imagem do negro. Isso acontece através da apresentação dos textos não verbais como a imagem ou figura, e da linguagem verbal escrita, ou pela associação de uma e de outra, traçando muitas vezes, uma divisão clara entre negros e brancos.

Outra forma de manifestação não-direta de discriminação é a centralidade dos currículos em perspectiva eurocêntrica (simbólica), que valoriza os aspectos de origem e influência da Europa, tomada *como locus* da civilização. Paralelamente, os legados de outras origens são desconsiderados e/ou desvalorizados. O movimento negro e pesquisadores negros mantêm como uma de suas reivindicações no campo da educação o ensino de história e cultura afro-brasileiras como forma de adequar o tratamento do patrimônio

cultural negro nos currículos, e de dar visibilidade ao negro na sociedade brasileira (SILVA, 2008, p. 93-94).

Embora se propague o discurso da cidadania com direitos iguais para todos, verifica-se que as condições nas quais se dá a representação do negro denotam que a concepção de cidadão perpassada pelos livros, em sua maioria, não engloba brancos e negros de forma igualitária, haja vista que ambos ainda estão sendo focalizados em uma relação desigual. Mas, na maioria das vezes, muitos ainda tentam minimizar a questão do racismo, insistindo na ideia errônea que não existe discriminação racial e defendendo a tese de uma suposta democracia racial.

Sobre o mito da democracia racial Ana Célia da Silva afirma:

O mito da democracia racial visa camuflar o racismo e bloquear a organização negra, uma vez que internaliza nos membros da sociedade o engodo da igualdade de oportunidades, reforça o sentimento de inferioridade do negro por não ter "capacidade" de aproveitar tais oportunidades, transferindo mais uma vez para a vítima a culpa da sua situação de miséria e marginalização. (SILVA, 1995, p.34)

A autora retrata em sua obra, *Discriminação no Livro Didático*, os fundamentos da democracia racial e da ideologia do branqueamento: A ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial parecem ter como causa fundamental o medo que a minoria branca tem da maioria negra e mestiça, e do possível antagonismo a ser gerado a partir da exigência de direitos de cidadania e de respeito às diferenças étnico culturais.

Isso porque a aceitação democrática das diferenças pressupõe igualdade de oportunidades para os seguimentos que apresentam padrões estéticos e valores socioculturais diferentes. Então, o respeito às diferenças implica numa reciprocidade de direitos em um sistema baseado na exploração do outro, desenvolve-se toda uma ideologia justificadora da opressão e interiorização, objetivando a destruição da identidade, da autoestima e potencialidades do oprimido. (SILVA, 1995, p.25).

O livro didático não pode ser compreendido isoladamente, fora do contexto escolar e social. É um produto cultural com suas especificidades, é claro e, portanto, conformado segundo a lógica da escola e da sociedade onde está inserido. O livro didático apresenta o passado histórico e a cultura do povo negro sob forma reduzida e conveniente, quando não consegue inviabilizá-los completamente. O fato histórico mais reduzido refere-se à escravidão." (Silva, 2001, p. 51)

Numa sociedade de classes, capitalista, como a brasileira, o livro didático não poderia fugir à lógica que a rege. Uma sociedade em que as classes economicamente privilegiadas procuram, não só garantir e ampliar a acumulação de capital, como também veicular as visões que lhes interessam e neutralizar possíveis oposições.

É importante dizer que no Brasil, o livro didático é controlado pelo Estado através da legislação criada em 1938, pelo decreto de nº8. 469, assim, os livros didáticos só podem ser adotados com a autorização do Ministério da Educação.

Após décadas de lutas por políticas educativas de inclusão da história da população negra na história oficial do Brasil, em 9 de janeiro de 2003 entrou em vigor, a Lei Federal 10639/003 (Brasil,2003), onde, em seu artigo 26-A, torna obrigatória a inclusão do estudo das relações Étnico Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanall. A Lei 10639 é um grande avanço, porém, não significou uma mudança do Estado na forma de agir e ver a população negra existe uma grande resistência por parte das escolas para que a lei seja aplicada de fato.

“O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro se constitui na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares, Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as dificuldades pedagógicas.” (Silva, 2001, p. 19,)

O PCN, apesar de apresentarem inúmeros problemas e, por vezes, reiterar o preconceito, o PCN (1997b) aborda o problema do preconceito, reconhecendo a existência de uma diversidade cultural e linguística no Brasil. No entanto, o conteúdo desses referenciais ainda é desconhecido da maioria dos professores, que não adotaram as sugestões neles contidas em suas práticas escolares, ficando apenas confinadas às redomas do governo.

O MEC reconhece que o Brasil possui uma enorme diversidade cultural, pregando que devemos conhecê-la e respeitá-la. Segundo os PCN (1997b:31) “as discriminações praticadas com base em diferenças ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva”. Nos objetivos gerais do volume Pluralidade cultural, orientação sexual (PCN,1997b) consta que se deve repudiar toda discriminação e

valorizar o convívio na diferença, reconhecer que há sérias desigualdades sociais, mas que esta é uma realidade passível de mudanças.

Segundo o documento do MEC, o desafio que se coloca é o de “a escola se constituir um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsabilmente perante elas” (PCN, 1997b:52).

A partir do momento em que os professores estiverem preparados para ensinar seus alunos a importância de aceitar as multiculturas existentes em nosso País e mostrar para seus alunos que, como afirma SILVA 2001:

“... A diferença pode ser bela e enriquecedora, que o diferente, o distinto étnico e outros não são desiguais, é fundamental na luta pela cidadania plena. É um grande passo para a conquista da autoestima e cidadania dos descendentes de africanos que por possuírem a pele mais escura e os cabelos mais crespos, são denominados negros e são estigmatizados e excluídos” (SILVA, 2001, p. 58)

O livro didático deveria, conforme Rangel (2001,p.13),

“contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna, tais como vêm definidos em documentos oficiais, como os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, assim é necessário que ele abstenha-se de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno”, isto é, estimular a cidadania, produzir efeitos contra qualquer forma de preconceitos e discriminações no contexto escolar ou fora dele

Segundo Silva Jr.(2002) em um primeiro momento, os estudos voltaram-se para a estereotipia em livros didáticos e paradidáticos, apontadas como responsáveis pelas imagens negativas com as quais alunos negros tinham de conviver e que, portanto, era necessário reconsiderar o livro didático na diversidade racial de seu público-alvo, formulando novas imagens, mais positivas e igualitárias. O peso conferido às imagens de negros em livros didáticos e paradidáticos foi efetivamente tratado como um “caso de polícia”, pelo menos em uma situação, cujos traços emblemáticos ilustram com fidelidade a dimensão e a gravidade deste problema na sociedade brasileira.

Segundo Candau (2003), o currículo, as relações, as atividades em sala de aula, os materiais didáticos pedagógicos, as comemorações escolares, a avaliação, as questões de disciplina, a linguagem formal, os apelidos, as brincadeiras, e as piadas expressam comportamentos de uma educação excludente.

Mesmo a escola sendo a responsável pelo processo de socialização infantil, no sentido de estabelecer articulação entre os diferentes grupos e favorecer a construção da identidade, são constantes os momentos de rixas e conflitos entre crianças negras e não negras em sala de aula. É notória a prática e preconceito e discriminação no espaço escolar, situação esta que cria, na criança negra, uma postura introvertida, de retração pelo medo da rejeição ou de ser ridicularizada perante o grupo escolar. A escola, como lugar de despertar o senso crítico e a reflexão, o aprendizado e o conhecimento, precisa, de forma mais veemente, enfrentar o desafio de preparar indivíduos mais conscientes, frente à necessidade da sociedade de ter uma vida mais igualitária e justa.

Os livros são importantes recursos para o trabalho desenvolvido pelos professores. Dessa maneira, faz-se necessário que avaliemos a forma como os conteúdos, as ilustrações ou os textos são abordados, além de verificarmos como, e de que maneira, a diversidade é apresentada aos educandos

A função específica do livro didático é auxiliar o professor na tarefa de mediar o saber historicamente acumulado pela sociedade, ajudando a democratizar e socializar o conhecimento elaborado, bem como abrir a possibilidade de crítica dessa herança e criação de novos saberes por parte dos educandos.

CAPÍTULO 2:O racismo e seus efeitos na criança negra.

A sociedade brasileira tem como base histórica uma cultura política que sempre reservou para o negro um espaço de subalternidade, isso se deu principalmente devido a sua condição inicial de escravo, na hierarquia social. O Brasil foi um dos últimos países a manter o regime escravista e com isso se tornou um local propício para que intelectuais estrangeiros pudessem comprovar suas teses da inferioridade da raça negra.

É possível concluir tendo em vistas as considerações descritas acima que o racismo, desde a antiguidade, é a inferiorização do diferente. O racismo é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a lhe são inerentes. O racismo é definido pela maneira de pensar, em que se evidencia a existência de raças humanas diferentes e superiores umas às outras. A crença da existência de raças superiores e inferiores foi utilizada muitas vezes para justificar a escravidão, o domínio de determinados povos por outros, e os genocídios que ocorreram durante toda a história da humanidade.

O Brasil, é o país com a segunda maior população negra fora do continente Africano, ficando atrás apenas da Nigéria. Ainda assim conseguiu durante sua história instaurar um triste quadro de desigualdade entre os grupos raciais negro e branco.

O racismo, desde os tempos antigos, é basicamente uma rejeição daquela pessoa que é diferente de nós. Segundo o historiador Heródoto, os antigos egípcios evitavam a companhia de pessoas de rosto claro e cabelos ruivos, como alguns gregos, por considerá-las maléficas; os persas por sua vez, consideravam-se absolutamente superiores ao resto da humanidade; [...] (LOPES, 2007, p. 18).

A discussão do racismo perpassa pela ideia de raça que vem sendo utilizado pela sociedade ao longo dos anos para os mais variados propósitos.

Para Seyferth (2002), “como conceito, racismo diz respeito às práticas que usam a ideia de raça com o propósito de desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos, influenciando as relações sociais” (p. 28)

O racismo é, pois, a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê. Joel Rufino dos Santos (Escritor e historiador afro-brasileira)

Racismo: “toda teoria que leve a admitir nos grupos raciais ou étnicos, qualquer superioridade ou inferioridade capaz de atribuir a alguns o direito de dominar ou eliminar outros, pretensamente inferiores, e que leve a fundamentar julgamentos de valor em qualquer diferença racial, (bem como) as ideologias racistas, as atitudes fundadas em preconceitos raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e práticas institucionalizadas que provoquem”, desigualdade raciais bem como a ideia falaciosa de que as relações discriminatórias entre grupos justificavam-se moral e cientificamente. " Da Declaração sobre Raça e Preconceitos Raciais, de 1978, adotada na 20 sessão conferência geral da UNESCO.

Segundo Munanga o sentido genético do conceito de raça,

Este conceito surge em sua etimologia do italiano “razza”, derivado do latim “ratio”, significando sorte, categoria, espécie. Em sua longa história o conceito de Raça, foi utilizado pelas ciências naturais para classificar animais e vegetais. Posteriormente, assumiu uma dimensão temporal e espacial, e no latim medieval “passou a designar descendência, linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que possuem algumas características físicas em comum” (Munanga, 2004, p.17).

Com efeito, o conceito de raça deve ser entendido como um constructo social, que engloba em sua constituição histórica uma dimensão que é também biológica, não no sentido de que seja uma realidade que explique a diversidade humana e a dívida em raças estanques (Munanga, 2004, p.22)

O racismo é a sistematização dos preconceitos e das discriminações, abrangendo, também, o estado. Para Munanga (1999):

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista, que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas, que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (p.25)

De acordo com a professora e doutora em Psicologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) Jaqueline de Jesus(2013), é preciso que se diga explicitamente a uma criança que uma parcela da sociedade é considerada menos importante do que a outra. Os exemplos não são poucos e estão na televisão, nos livros didáticos e nos espaços subalternos, geralmente vinculados à servidão a pessoas brancas.

Segundo a professora Jaqueline de Jesus (2013), a ideia de lugares adequados e inadequados para negros, por exemplo, pode ser o primeiro impacto para crianças que testemunham a segregação ainda existente hoje. “O racismo fica explícito quando se observa que a população pobre é majoritariamente negra, que as seleções de emprego preferem as pessoas brancas, quando a maioria da população carcerária é negra, quando leis contra o racismo simplesmente não são aplicadas”.(edição 126 da revista Fórum)

De forma geral, a criança negra tem sido apresentada pelas pesquisas a partir de um protótipo de infância na qual ela se caracteriza por uma baixa estima, utiliza um equipamento de ensino que não acolhe a sua diferença, a sua particularidade cultural e que em diversas situações lhe impossibilita a permanência por se basear em um

único modelo de indivíduo e de cultura. Essas pesquisas encontradas fazem a denúncia da clausura no sentido de que escola faz parte além de se constituir em um equipamento produtor e centralizador de sentidos e de produção hegemônica de modelos.

A escola se apresenta como tendo uma base conservadora e excludente ao se pautar em um modelo de currículo que poderíamos denominar “embranquecido” diante da ausência de conteúdos que possam contribuir para que os alunos negros se vejam contemplados e também o silêncio da equipe pedagógica a respeito das questões raciais. Estudos têm mostrado que os alunos negros enfrentam dificuldades para permanecerem na escola, sendo os que apresentam as maiores taxas de evasão e repetência.

Chega-se à conclusão que o rendimento escolar da criança negra acaba sendo condicionado por processos intra-escolares, pois mesmo quando o nível socioeconômico das famílias são equivalentes, ainda assim, os negros, muitas vezes, apresentam uma trajetória escolar diferenciada, ou seja, o sucesso do aluno negro é menor que dos alunos brancos na escola.

A cultura negra é silenciada na escola, um silêncio que corresponde à inexistência e não simplesmente ao ato de calar-se, omitir ou abafar, mas como uma maneira de não ver, de renegar, pois senão teríamos que refazer o currículo, refazer a escola. Diante disso, a escola reproduz um discurso baseado na igualdade de todos os seus alunos.

A partir desse discurso da igualdade, os agentes pedagógicos acabam acionando mecanismos de poder que fixam um modelo de sociedade e punem todos aqueles que dele desviam, mutilando a particularidade cultural do segmento da população negra brasileira, a partir de um ritual que se legitima na instituição escolar, não por aquilo que é dito, mas por tudo aquilo que silencia.

Desta forma, deveríamos usar como uma ferramenta de combate ao racismo que a questão não continue sendo ocultada na instituição escolar, devendo possibilitar um espaço permanente para discussão e reflexão de posturas racistas e

preconceituosas visando à superação de estereótipos, estigmas e discriminações contra os negros que é tão presente no ambiente escolar.

A revista fórum, em sua edição de número 126, publicou uma reportagem assinada por Maíra Streit, que tinha como título “Como uma pessoa se torna racista e que tipo de efeitos a criança vítima de discriminação carrega para a vida adulta?”. A reportagem narra o que aconteceu em uma escola particular de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, mas poderia ter sido em qualquer outro lugar do Brasil.

Segundo a repórter Maíra Streit, uma pequena aluna, de quatro anos, acordou alegre naquele dia. Estava orgulhosa por ter sido escolhida pela professora para ser a noivinha da festa junina da escola. Os cabelos crespos foram cuidadosamente arrumados pela mãe e enfeitados com um véu branco, que emoldurava um rosto expressivo e sorridente. Era para ser uma data especial na vida daquela criança. Porém, o encantamento durou pouco.

Durante a quadrilha, a avó do colega que fez par com a menina mostrou indignação ao ver que o neto dançaria com uma aluna negra. Dias depois, voltou à escola para tirar satisfações. Segundo consta no boletim de ocorrência registrado pela família da vítima, a senhora de 54 anos entrou aos berros, perguntando por que fizeram o neto, que é branco, dançar com aquela “preta feia, horrorosa”.

A professora Denise Aragão lembra que tentou, em vão, conter a agressora, que continuava a gritar insultos racistas. As pessoas da sala ao lado vieram acompanhar o que estava acontecendo e a menina ficou em um canto, ouvindo tudo. Ela era a única negra em meio a uma turma de 14 crianças brancas. “Isso mexeu tanto comigo, foi uma chibatada. Tinha muita maldade naquelas palavras”, conta a educadora.

Denise denunciou as ofensas à responsável pelo colégio, que tratou a situação com desdém. “A diretora disse que isso acontece sempre e, se fosse brigar com cada família preconceituosa, a escola já estaria fechada”, afirma. Inconformada com a conivência de quem deveria ajudar a proteger os alunos, ela pediu demissão. Esperou

dois dias para ver se os pais seriam comunicados e, quando viu que nada foi feito, resolveu ligar para a mãe da menina para contar tudo.

A massoterapeuta Fátima Souza disse que tinha mesmo estranhado o comportamento da filha. No dia em que foi humilhada na escola, a criança não conseguiu comer nem dormir direito e estava muito assustada. Depois disso, passou a vomitar com frequência, tinha crises de choro e pânico de ficar longe dos pais.

Mais de um ano após o episódio, as sequelas permanecem. Fátima conta que a filha faz acompanhamento psicológico uma vez por semana desde o fato, mas a recuperação do trauma é um processo lento. “Ela era muito independente, esperta, resolvia tudo sozinha. Hoje, chora por qualquer coisa, diz que é negra, feia e que eu não gosto dela. Isso causou um estrago na vida da minha filha. É muito doído”, emociona-se.

Essa foi apenas um dos vários artigos e reportagens lidos sobre acontecimentos brutais de racismo ocorrido na infância. Crianças que sofrem racismo tendem a desenvolver autoestima baixa, ódio pela sua imagem e negação da própria raça, sem contar com o fato de apresentarem predisposição à depressão e à ansiedade.

Sawaia (2006) coloca que a identidade nada mais é do que a construção do eu sujeito único e igual a si mesmo, e que essa construção gera liberdade, cidadania, felicidade, contribuindo para as relações interpessoais e grupais.

De acordo com a presidente do Instituto AMMA Psique e Negritude, Maria Lúcia da Silva(2008), o ser humano começa a notar as diferenças físicas entre ele e os outros entre 8 meses e 3 anos de idade. Segundo Maria Lúcia Silva, nesse período, é fundamental que ele se sinta acolhido, valorizado e aceito nessas diferenças. “Esse poderá ser o início do conflito que o bebê ou a criança irá travar com seu corpo com base nas representações negativas que a sociedade tem e que se manifestam através de toques, olhares, chacotas, apelidos e imagens depreciativas” (p.59)

A diretora do Instituto AMMA Psique e Negritude, explica que na primeira infância é fundamental que o ser humano se sinta aceito, pois traumas sofridos nesse período podem resultar na forma como essa criança vai se enxergar no decorrer da sua vida. Vivemos em uma sociedade que tem conhecimento, todavia negligencia e fecha os olhos para essa violência a contra as crianças negras. O racismo contra os as crianças é muito tolerado e menosprezado.

O conceituado sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) habitualmente dizia que os brasileiros têm “preconceito de ter preconceito”, essa declaração aponta para o fato de haver um esforço maior em negar o preconceito na sociedade do que, procurar verdadeiramente, buscar soluções efetivas para combatê-lo. A professora Jaqueline de Jesus(2013) compactua com essa ideia e defende que os primeiros passos para a mudança desta situação é a desconstrução do mito da “democracia racial”, o que segundo Jaqueline é o principal fator que vem, ao longo do tempo, escondendo e mascarando a realidade de uma série de desigualdades. “O cínico racismo brasileiro é um legado histórico e social no qual estamos incluídos, e que, mantido estruturalmente pela lógica do sistema econômico vigente, ressignificou o antigo escravo negro, agora livre, como um subcidadão, uma pessoa com menos capacidades intelectuais e técnicas do que um branco” (p. 25), afirma.

Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da instituição, Renísia Garcia Filice (2009) defende que o racismo está presente dentro do ambiente escolar e acontece de forma violenta, cruel, e está efetivamente naturalizado. Segundo a professora, essas manifestações racistas na infância são frutos do que as crianças veem ou vivenciam fora dos muros da escola.

“A criança pode ter vivenciado isso numa postura dos pais, em algum comentário ou até em algo que os professores fizeram ou deixaram de fazer”, diz Renísia. Segundo ela, alguns professores por conta da falta de conhecimento ou por acharem uma situação natural e não entenderem ser um problema, eles acabam se omitindo em casos de racismo. “Por isso, são necessárias práticas pedagógicas para que as crianças se percebam iguais e com iguais direitos” (p.6), acrescenta.

Vale destacar que rege na Constituição Federal de 1988 (artigo 208, inciso IV), que no Brasil a educação é um direito estabelecido, que reconhece como direito de todas as crianças em idades de 0 a 6 anos em instituições públicas de ensino (creches). Assim também como a Lei 8069/91, do Estatuto da Criança e do Adolescente que garante o direito à:

[...] liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas no processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas Leis; [...] a educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...] igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitados por seus educadores; e ter respeitado os valores culturais, artísticos e históricos próprios no contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a este a liberdade de criação e o acesso às fontes culturais.(art. 15 da Lei 8.069/90)

Em entrevista publicada no portal ciência & vida a psicóloga Maria Lúcia da silva (2016) Diz que o racismo em si e as situações de humilhação provocam um estado de sofrimento diretamente ligado à identidade e à performance como pessoa. O racismo atinge o sujeito naquilo que o constitui, portanto, pensar a questão da Psicologia e do racismo é pensar no nível de sofrimento que esse sujeito tem. E que ao pensarmos no processo de desenvolvimento, o racismo promove determinados sintomas que estarão ligados à construção da identidade, à construção da autoimagem. Ele vai atacar o sujeito priorizando a sua desmoralização.

Ele humilha e coloca a pessoa em situação de inferioridade, de incompetência. Se a gente pensar nos estereótipos e no imaginário social, isso também vai afetar o sujeito no processo de desenvolvimento. Muitas vezes as mensagens desqualificadoras vão trazer dúvidas sobre a própria competência para lidar com a vida, com o cotidiano ou com as próprias situações de discriminação racial.

Com intuito de aprofundar-me na triste realidade do racismo e perceber os impactos que o mesmo causa no psicológico das pessoas que passam por atos discriminatórios. Conversei com 4 jovens que sofreram racismo quando criança e depois de adultas. Essas jovens são alunas do ISBET, Instituto Brasileiro Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento, onde eu atuo como professora\instrutora desde mês de outubro de 2015. As meninas entrevistadas fazem parte do programa jovem aprendiz.

O programa jovem aprendiz é estabelecida pela Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, do Ministério de Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, em instituições qualificadores reconhecidas, responsáveis pela certificação.

Depoimento 1

Ingredi Batita- 20 anos

"Foram duas as vezes em que fui cometida ao preconceito durante a época escolar. Na verdade esse primeiro relato não posso dar certeza se foi um ato preconceituoso ou não. Na época não me liguei nas evidencias sutis mas agora pensando bem, não posso descartar essa hipótese.

Estava na 6º serie numa escola pública estadual. Na aula de língua portuguesa a professora nos passou uma tarefa, que foi a seguinte: Foi nos dado imagens, figuras aleatórias e deveríamos dissertar sobre elas sob os aspectos que nos viesse a mente. Obviamente sem qualquer auxilio de livros, celular e etc. Formamos duplas e começamos a fazer a tarefa. (Toda a tarefa foi feita no mesmo dia em sala)

Minha colega e eu ganhamos a imagem de um dinossauro. Coisa simples. Sempre fui relativamente bem com textos, então minha dupla ficou responsável por escrever enquanto eu ditava pra ela. Resumindo, fizemos um texto de duas folhas. Quando chegou a data de entrega dos trabalhos e das notas, o nosso foi anulado porque simplesmente ela achou que eu tinha tirado o texto de um livro. O resto da turma conseguiu e nós não.

Fiquei injuriada com situação, já que o trabalho valia nota para o bimestre, e fui até a professora, disse que o texto não era uma cópia, mas ela me atirou um olhar meio repugnante e disse que era cópia sim e me deu as costas.

Reclamei com minha mãe e ela foi até a professora e a diretora reclamar. Minha mãe, que também é negra, ouviu muitos improperios. A professora me ofendeu na frente da minha mãe. A diretora não sabia o que fazer, já que segundo ela, a professora nunca tinha agido tal forma. E eu mesma já havia presenciado cenas em que a professora (que tem a pele clara) agia com calma e cautela com outras mãe e alunos. Por fim a antipatia da professora por mim continuou e o ponto do meu trabalho não foi dado como deveria.

E a situação ficou por isso mesmo. Mesmo com minha mãe tendo debatido com a prof e conversado com a diretora. Odiei isso, me lembro de pensar: Por que? Pareço que não tenho capacidade de escrever um texto decente sem plagiar?

Na época estava na 8^o serie. Estava indo para escola de ônibus com sempre fiz. Minhas amigas e eu entramos com o uniforme escolar pela porta de trás da condução e ficamos de pé, já que não tinha mais lugares vazios. Nessa oportunidade, parei próximo onde duas mulheres brancas estavam sentadas. Percebi que as duas começaram a cochichar uma com a outra e me atirar olhares.

Não percebi nada que fosse relacionado ao meu tom de pele. Minhas amigas e eu conversamos distraídas quando eu ouvi a seguinte frase: - Vem, mãe. Senta mais pra cá e sai de perto dessas macacas. E disse isso olhando pra nós. (Minhas amigas também eram negras com cabelo black). A mãe (uma senhora que parecia já ter uns 60 anos) sentou mais próximo a filha nos ignorando.

Fiquei tão atônita que não tive qualquer reação até que minha amiga me puxou e disse: - Vem, vamos para o outro lado.

Nada para mim tinha sido tão repugnante. A primeira coisa que me recordo de sentir foi surpresa (porque a gente sabe que preconceito existe. Talvez vá sempre

existir. Mas quando acontece com você isso sempre vai deixar você surpresa)
Segundo: Me senti completamente impotente. O que passei foi um tipo de preconceito enraizado, já que era mãe e filha envolvidas no mesmo ato. Ou seja, algo costumeiro, familiar.

Passado de mãe para filha. O que eu poderia dizer para mudar algo que parecia ser uma cultura de uma família. Cheguei a pensar: O que tem de errado comigo? Mas logo rephraseei: O que há de errado com elas?

Lembro-me também de ficar com muita raiva e logo sentir pena. Pena delas e da ignorância em que viviam.”

Depoimento 2

Juliana Belfort - 19 anos

“Me chamo Juliana Belfort, tenho 19 anos, moradora do Rio de Janeiro, sou negra e já sofri preconceito!

Aos 9 anos de idade, frequentava uma escola da rede pública de ensino, onde fiz vários amigos e era muito feliz, até conhecer um menino que tirou minha paz. Esse menino, era bem branquinho, dos cabelos lisos escorridos e aqueles olhos verdes gritantes, Paulinho o nome dele.

De todos na nova turminha q formamos ele era o único que não se aproximava de mim. Eu era uma criança, não tinha noção do porquê. Até o dia em tínhamos que fazer grupos p realizar tarefas da escola, e ele não quis fazer comigo. Ele disse: - Eu não vou fazer com esse preta! Daí começamos uma discussão, e ele foi falando coisas piores, que meu cabelo era de bombril, que eu não tinha que ficar no meio deles.

No dia fomos parar na secretaria e o pior foram os funcionários dizendo que era coisa de criança, enfim nada aconteceu e eu não contei para os meus pais por vergonha. Daquele dia em diante todos os dias ele me xingava. Eu chegava na sala e ele dizia: Chegou a cabelo de palha de aço, a neguinha, carvão, feijão.... E ninguém tomava uma providência, até que decidi contar pra minha mãe e em uma reunião foi

discutido o assunto. Mas isso só acabou quando ele mudou de turma.

Obs.: Eu comecei a me sentir a pior pessoa, é tão horrível, que comecei a pensar se ali era o meu lugar mesmo. Eu chorava, comecei a perder apetite, teve uma época que eu parei de brincadeiras, festas etc. “

Depoimento 3

Julia Caroline- 19 anos

“Meu nome é Júlia. Estou aqui para conta um fato que aconteceu na minha vida! Maiorias das pessoas já sofrerão ou sofre um tipo de violência na sua vida, tanto verbal ou física. Hoje eu com 19 anos graça a Deus não sofro mas esses tipos de violência, mas na minha infância quando eu tinha exatamente 14 anos eu estudava em uma escola pequena, aonde havia um aluno que ano gostava de mim!

Que me colocou um apelido, apenas por eu ser mais escura do que ele... Durante 3 anos ele ficava me chamando de “coco parrudo” Durante a aula toda. Isso foi me afetando, de pouco a pouco, piores horas era quando eu estava na escola pq eu sabia que ia ser mais um dia de tortura! Até que um dia eu dentro da sala ele me tacou a cadeira, e me machucou!

Tive que toma uma atitude mas precipitada, à ponte de ir na delegacia, abrir uma ocorrência, ai todos as atitudes que aquele garoto. Tinha comigo acabarão, e hoje graça as Deus eu não sofro mas preconceito. Mas com essas agressões eu já não aceitava minha cor, eu já não me aceita negra, o preconceito foi se criando dentro de mim. Mas graças os cuidados de psiquiatra hoje eu me aceito negra sim. e sou muito feliz!”

Depoimento 4

Linda Inês-19 anos

“Hoje no ônibus 551- NOVA IGUAÇU, aproximadamente 07:15Hs, fui acusada de ter roubado um celular no ônibus.

Tudo aconteceu em menos de 20 minutos, uma mulher, branca, sentou-se ao meu lado e em questão de segundos acusou-me de ter pegado seu celular, exclamando as seguintes frases:

- DEVOLVE MEU CELULAR!
- PESSOAS DO SEU TIPO ROUBAM!
- VAMOS PARA DELEGACIA!

No momento não tive reação, só queria sair daquele ônibus, eis que as pessoas do ônibus interviram em meu favor, chamando a de racista, e a mesma dizendo que tinha amigos negros. Até o momento em que passou a mão em seu peito e sentiu o celular, dizendo apenas está aqui! Está aqui! E foi para frente do ônibus como se nada houvesse acontecido.

Quando chegou meu ponto de descida, só conseguia agradecer a Deus por ter descido do ônibus e aquilo ter acabado.”

É possível inferir é que o racismo trata-se de uma relação humana de origem “narcisista”: aquele que gosta de si mesmo e odeia o diferente (MENEZES, 2002, p.

3)

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela. (PCN, 2001, p.21)

CAPÍTULO 3: A criança negra no contexto escolar

O espaço escolar é o primeiro meio social que o indivíduo passa a ocupar após seu meio familiar, considerando que a sociedade brasileira, desde sua base, é formada de grande diversidade cultural e étnica, que se expande da família para a escola. A escola hoje tem o grande desafio de contribuir para formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes. Trata-se de um trabalho complexo que exige da escola um movimento que vá além de temas, conteúdos e programas

De acordo com Soares (2003:p. 161) “a escola precisa estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens”

O espaço escolar é fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, principalmente nos anos iniciais de sua vida. Logo, percebe-se que a socialização vivenciada na infância é altamente relevante para o desenvolvimento dos futuros cidadãos, como afirma Dewey (1980, p.116).

Á experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança. O contato com outras crianças da mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vivido pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura do mundo. A educação é como um processo de formação do homem integral. Como a forma mais eficaz de transmissão e comunicação entre pessoas. Um processo que não pode e não deve ser separado da própria existência humana, deve ser encarada como uma contínua reconstrução de experiências. Essa reconstrução de experiências, é uma fase da própria natureza, é uma forma de interação, pela qual os dois elementos que nela entram situação e agente, são modificados (DEWEY.1980, p.116)

A escola cumpre uma função social essencial à formação dos novos cidadãos, na medida em que os saberes selecionados por uma sociedade e os seus valores serão transmitidos e construídos mediante ações educativas.

Segundo Libâneo (2005)

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos o caminho dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos (p. 117)

A missão da escola vai além da simples instrução, a educação escolar também tem o dever de preparar indivíduos dotados de valores fundamentais para a sua

convivência em coletividade. Como função social, a escola é um local onde visa à inserção do cidadão na sociedade, através da relação pessoal e da capacitação para atuar no grupo que convive. A escola tem o importante papel de desenvolver o lado crítico, autônomo e ativo na prática das atividades realizadas no ambiente escola.

Formando assim, cidadãos pensantes e bem informados, em condições de compreender e atuar no mundo em que vive. E para que haja sucesso no desenvolvimento desses valores, durante a formação desses indivíduos, é necessária uma escola justa e igualitária. É Preciso que a escola compreenda que também é seu papel, dar ao aluno condições para se inserir no meio social.

É na Escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; nela adquirem-se os modelos de aprendizagem, a aquisição de princípios éticos e morais que permeiam a sociedade; na Escola depositam-se expectativas, bem como as dúvidas, inseguranças e perspectivas em relação ao futuro e às suas próprias potencialidades". (BORSA,200702).

Qual o papel da escola e como ela pode se colocar como agente de transformação na luta contra a redução do preconceito existente nas variadas formas de tratamentos da sociedade? Para Munanga (2005):

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. [...] a educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania. (p.189)

Na escola é possível observar muitos casos de racismo, de preconceitos e discriminação, onde na maioria das vezes o professor e os demais profissionais da educação não conseguem diminuir o problema por falta de experiência, de conhecimento do assunto, de qualificação e, até mesmo, por incapacidade em lidar com a diversidade e não, pois ele fica perdido, sem saber como agir em momentos em que exigem a sua intervenção para que o problema não se torne uma agressão mais séria. “Essa falta de preparo que, devemos considerar com reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida o objetivo fundamental de nossa

missão, no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã”. (MUNANGA 2008, p. 11)

No espaço educacional nota-se muitos conflitos que permeiam as relações étnico-raciais englobando a cultura e o padrão estereotipado do negro, embora 45% da população brasileira seja formada por negros, segundo o censo do IBGE, não têm se mostrado suficiente ao longo da história para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas e preconceituosos.

No ambiente escolar, não é raro que os educadores passem aos seus alunos, posicionamentos e ações sobre o preconceito que está presente na sociedade, principalmente através da linguagem verbal, não verbal e informal (olhares, gestos, atenção, silêncio, toques expressões corporais e faciais). Desta forma fica nítido ao olhar de uma criança perceber se ela é querida ou não dentro de determinado grupo social no qual ela faz parte. A escola é considerada como um espaço onde acontece a construção da identidade do indivíduo, também tem o poder de tirar o valor do mesmo e inferiorizá-lo. Isso acontece principalmente com crianças de pele negra. Muitos professores têm manifestado seu tratamento diferenciado entre as crianças negras e brancas “

A discriminação e o preconceito reproduzidos na escola apresentam um quadro de agressões materiais ou simbólicas, de caráter não apenas físico e/ou moral, mas também psíquico, sobre o alunado negro, repercutindo sobre sua vida social e intrapsíquica, podendo ser um desencadeador ou um entrave ao seu pleno desenvolvimento, (Silva Jr, 2002: pg. 14).

De acordo com Munanga (2005), os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Na escola essa questão deve ser abordada, incluindo objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa refletir os casos e combater o preconceito, fazendo com que todos sejam e se sintam cidadãos em igualdade de condições.

Cabe ao professor o papel de quebrar o trauma causado por muitos séculos de preconceito:

Aqui se coloca a sensibilidade em relação ao outro. Compreender que aquele que é alvo de discriminação sofre de fato, e de maneira profunda, é condição para que o professor, em sala de aula, possa escutar até o que não foi dito.

Como a história do preconceito é muito antiga, muitos dos grupos vítimas de discriminação desenvolveram um medo profundo e uma cautela permanente como reação. O professor precisa saber que a dor do grito silenciado é mais forte que a dor pronunciada (PCN, 2001, p. 55).

Ao pensarmos a escola como um espaço destinado a formação, imersa em um processo educacional bem mais amplo, que vai além de currículos, disciplinas escolares, provas, conteúdos e regras. Juntar educação e identidade negra é um processo de reeducação da percepção pedagógica sobre o negro.

Michel Foucault (1999) considera a escola um dos três instrumentos de controle social do Estado. Na escola a sociedade aprende velhos ou novos hábitos, reafirmam-se velhos ou novos valores

A escola, como instituição tem a função de difundir o saber e o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, e possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e os demais grupos que ao longo da história vem sendo discriminados e excluídos. A escola se consolidou, como um dos espaços que mais interferem na construção da identidade negra. “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”.

Vera Maria Candau (2003) afirma que o cotidiano escolar é um espaço de diferentes relações sociais que refletem a diversidade cultural da sociedade brasileira. Diferentes maneiras de ver o mundo, estilos, crenças, costumes, cores, etnias estão presentes no cotidiano escolar, pois a escola é um microuniverso social, assim as formas de se relacionar com o outro demonstram práticas sociais e mecanismos sutis de difusão do preconceito e estereótipos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola a criança aprende a negar a sua identidade, sua cor em função da criança branca, essa negação se dá pelo fato de esta cercada de valores culturais da sociedade branca dominante e sem referencial étnico-racial positivo para fortalecer a sua autoimagem. Oliveira (1988-2001)

Dediquei este trabalho a refletir sobre questões que permeiam a criança negra dentro do ambiente escolar. Sobre a influência do livro didático e sua importância dentro do cotidiano escolar e na formação de opinião. O livro didático, bem como outros textos não-verbais, tendo o professor como mediador, serve de apoio às atividades tanto aos professores como aos alunos, tem a função de auxiliar o professor na tarefa de mediar o saber historicamente acumulado pela sociedade.

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares, Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as dificuldades pedagógicas." (Silva, 2001, p. 19.)

Porém infelizmente o mesmo vem promovendo um processo de invisibilidade do negro e uma disparidade na representação do branco e do negro. "O livro didático apresenta o passado histórico e a cultura do povo negro sob forma reduzida e conveniente, quando não consegue inviabilizá-los completamente. O fato histórico mais reduzido refere-se à escravidão." (Silva, 2001, p. 51)

O livro didático constitui um instrumento no processo de socialização e de humanização,

Silva (1989) complementa:

"O livro didático ao vincular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação" (Silva, 1989, p. 57)

O livro didático deveria, conforme Rangel (2001, p.13),

“Contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna, tais como vêm definidos em documentos oficiais, como os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, assim é necessário que ele abstenha-se de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno”, (RANGEL, 2001, p.13).

A partir da discussão sobre presença do livro didático como agente de disseminação do preconceito se fez necessário refletir sobre o racismo, o preconceito e a inserção da criança negra.

Para Santos (1989, p.16), Racismo é, pois a suposição de que há raças e em seguida caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação, ou antes uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie: ignorância e interesse combinados, como se vê.

Essas reflexões que começa a acontecer de forma mais sistemática através das políticas de leis aprovadas nos últimos anos, como a lei 10.639/03 que começa a inserir livros didáticos capazes de ressaltar a história do negro brasileiro. Sabemos que a escola não é o único lugar que acontece as ações racistas, porém o racismo, as desigualdades e discriminações existente na sociedade passam pelo espaço escolar. Segundo Eliane Cavalleiro (2005), as práticas da escola estão permeadas pelas lógicas sociais e raciais em que os envolvidos no processo de escolarização – professores, diretores, e demais funcionários – desenvolvem um pensamento marcado pela estrutura racial da sociedade em que vivemos, na qual a existência do racismo é negada e o mito da democracia racial ainda está fortemente presente.

Sobre o mito da democracia racial Ana Célia da Silva afirma:

O mito da democracia racial visa camuflar o racismo e bloquear a organização negra, uma vez que internaliza nos membros da sociedade o engodo da igualdade de oportunidades, reforça o sentimento de inferioridade do negro por não ter “capacidade” de aproveitar tais oportunidades, transferindo mais uma vez para a vítima a culpa da sua situação se miséria e marginalização. (SILVA, 1995, p.34)

A escola por se tratar de um ambiente de convívio social e aprendizado deveria estar preparada e estruturada para receber crianças das mais diversas culturas, constituição física, valores religiosos. Enfim um ambiente multicultural. Contudo, é

possível observar uma falha por parte da escola que não abre espaço para as diversas identidades. Ao percebermos as relações do cotidiano escolar marcada pelo racismo, fica claro algumas consequências da discriminação racial, percebe-se a dificuldade dos educadores em aceitar as diferenças e a própria reprodução de preconceito entre os alunos.

O racismo, por vezes, impossibilita ou dificulta a entrada de vários indivíduos na escola, além do que, diversos que sofrem de preconceitos ou discriminação racial acabam não tendo uma educação de qualidade, pois ainda existem escolas em que é visto diferenciação dos alunos negros por parte de educadores e até dos próprios estudantes (OLIVEIRA, 2007).

É necessário que haja um entendimento coletivo de que mais do que um desafio, a discussão sobre a raça negra, educação, a escola, a inclusão no currículo de conteúdos que tratam da história e cultura africana e afro-brasileira, configura-se apenas como uma primeira etapa para a erradicação do racismo. Mas apenas essas ações não são suficientes, cabe aos educadores e educadoras e também aqueles responsáveis pela condução dos processos de formação docente, a conscientização e sensibilização pelo tema, de forma que possam reconhecer o racismo em suas próprias atitudes e mudá-las.

Referências

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo e preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2003. 2ª edição.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e anti-racismo na escola: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DEWEY, John. Vida e Educação. São Paulo: Victor Civita, 1980.

FILICE, Renísia Critina G. RACISMO E ANTI-RACISMO: A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CULTURA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, Editora Vozes, 1999

GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995 p. 89.

HÉDIO, Silva Jr. Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes, Quem liberta quem? Percepções de libertadores de escravos no Brasil contemporâneo. Edições 2013 p. 175 a 189

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; Educação escolar: políticas estrutura e organização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, NO RACISMO explicado aos meus filhos. Rio de Janeiro; Agir; 2007.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Cadernos PENESB. Niterói; EdUFF, 2004, p.17-34.

PCN. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997

RANGEL, Egon. Livro didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). O livro didático de Português: múltiplos Olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 7-14.

SEYFERTH, Giralda. Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro. In. OLIVEIRA, Iolanda (org.). Relações raciais e educação: temas contemporâneos. Niterói: EdUFF, 2002. (Cadernos PENESB; 4).

SILVA, Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CEAO, CED, 1995

SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Ana Célia Da. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. Salvador: EDUFBA, 2001, p 14; 16; 19; 51; 58.

SILVA, Ana Célia da Silva. As transformações da representação social do negro no livro didático. 2003. Disponível em: [HTTP: www.uneb.br/ascom/jmcnet/j07/j07cltm](http://www.uneb.br/ascom/jmcnet/j07/j07cltm).

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Aprendizagem e ensino das Africanidades brasileiras. 2º Ed. In Munanga, Kabengele (org.) Superando o racismo na escola. Ministério da Educação Continuada, alfabetização e diversidade, 2005 (23; 155; 172)

SOARES, M. B. (2003). Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas. São Paulo: Revista Brasileira de Educação.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

